

# Assembléia Legislativa

para os devidos fins.

Em\_ 10 105 111

Clouds

Conceição de Maria Lagas Redrigues

Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

para relatar.

m 12 108/4

Presidente (or ) no de Constituição

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Indicativo de Lei nº 05/2011 – "Dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Piauí, e dá outras providências."

Processo AL - 735/11.

Autor (a): Deputada Margarete Coelho Relator: Deputado Kleber Eulálio (PMDB)

## PARECER CCJ N° /11

### I – Relatório:

Em cumprimento às previsões definidas nos arts. 34, I, "a", 141, I a II do Regimento da Assembléia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o Processo AL nº 735/2011, que "Dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Piauí, e dá outras providências."

A proposição em tela lista sobre o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Piauí, que tem como objetivo de incentivar os adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual e intermunicipal a exigir do fornecedor a entrega de documento fiscal hábil.

Em síntese, esse é o relatório.

# II - Fundamentação:

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 47, inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 136 e seguintes do mesmo diploma legal.

A matéria objeto do projeto em exame é de natureza legislativa

Nesse sentido, no tocante à constitucionalidade, legalidade e juridicidade, inexiste óbice para a sua aprovação, eis que obedece ao disposto no artigo 75 da Carta Estadual.

Cabe destacar que os Estados podem estabelecer normas de Direito do Consumidor conforme disposto na Constituição Federal, nos artigos 5°, XXXII, e 24, V e VIII, e no Código de Defesa do Consumidor, artigo 55.

O Projeto de Indicativo de Lei dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Piauí com o objetivo de estimular o hábito dos adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual e intermunicipal exigirem do fornecedor a entrega de documento fiscal hábil, colaborando assim com a fiscalização de tributos e com a redução da evasão fiscal

Em troca, será concedido créditos aos consumidores, desde que o consumidor exija a emissão de Documento Fiscal Eletrônico ou de outro documento

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

fiscal hábil que tenha sido objeto de Registro Eletrônico na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda.

O crédito concedido poderá ser utilizado para reduzir o valor do débito do IPVA do exercício seguinte, depositado em conta corrente ou de poupança, ou transferir os créditos para outra pessoa natural ou jurídica, conforme disposto no artigo 5°.

De acordo com artigo 6º do Projeto Indicativo de Lei, o Executivo pretende promover campanhas educativas para informar e orientar a população sobre o direito e o dever de exigir a emissão de documentos fiscais a cada operação e prestação, a forma de receber e utilizar o crédito e os meios de verificar se o fornecedor está adimplente com suas obrigações tributárias perante o Estado do Piauí.

O projeto prevê ainda, penalidades ao fornecedor que violar tal direito. Assim, prevê a aplicação de pena de multa ao fornecedor que deixar de emitir e entregar o documento ao consumidor, entregar documento que não seja o adequado, ou ainda deixar de efetuar o registro do documento, quanto este for obrigatório.

Pelo conteúdo do presente Projeto de Indicativo de Lei, temos como assegurar que a matéria constante em seu texto é de grande relevância social e está em consonância com a política nacional e estadual. Além disso, obedece aos preceitos trazidos pela Constituição Federal e Estadual.

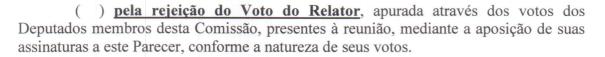
#### III - Voto do Relator:

Após análise circunstanciada do Projeto de Indicativo de Lei nº 05/2011 – "Dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Piauí, e dá outras providências.", submetida à apreciação desta Comissão, <u>VOTO</u> <u>FAVORAVELMENTE</u>, diante da sua constitucionalidade, legalidade e adequação ao regimento interno desta Casa.

# IV - Parecer da Comissão

A Comissão Permanente de Constituição e Justiça - CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

(	)	pelo	acatam	ento	do	Voto	do	Relato	<b>r</b> , a	purado	através	dos	votos	dos
Deputados	m	embro	os desta	Com	issã	o, pre	sent	es à reu	ınião	, medi	ante a ap	osiç	ão de	suas
assinaturas	a	este P	arecer,	confo	rme	a natu	ırez	a de seu	is vo	tos;				



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, Teresina (PI), 15 de abril de 2011.

Deputado Kleber Eulálio (PMDB)

Relator

Presidente da Comissão de